



7^a Conferência MUNICIPAL DA CIDADE

----- de Araucária -----

caminhos para cidades inclusivas, democráticas,
sustentáveis e com justiça social



CONSTRUINDO A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Passaram-se mais de 10 anos desde a última Conferência Nacional das Cidades e nesse tempo o Brasil mudou, encontrando diversos novos desafios. Para enfrentar esses desafios, é necessária a construção de uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a PNDU.

A **PNDU é um conjunto de ações do governo voltadas ao planejamento e gestão das cidades**, com foco em torná-las mais justas, democráticas e sustentáveis.

A PNDU deve ser aplicada por todos os níveis de governo (municípios, estados, Distrito Federal e União), por meio de políticas integradas.

Pensando em como viver melhor nas nossas cidades, as Conferências das Cidades têm o papel fundamental de formar um espaço diverso e inclusivo em que toda a sociedade pode construir as novas diretrizes da PNDU, além de criar propostas para **transformar a realidade local**.

No dia 26 de abril de 2025 foi realizada a **7ª Conferência Municipal da Cidade de Araucária**.

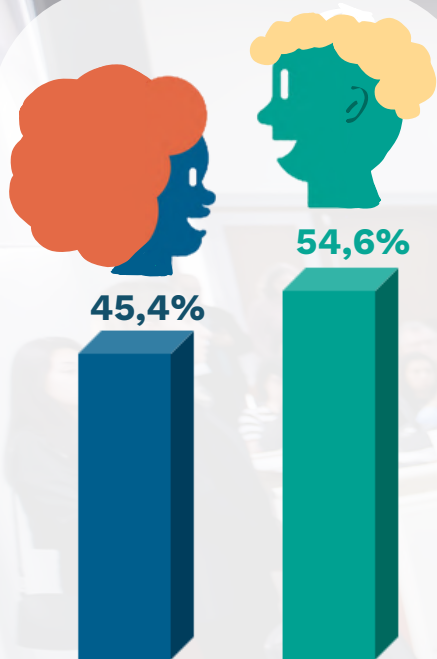
Na parte da manhã, os participantes tiveram a oportunidade de assistir a 4 palestras que tinham como objetivo capacitar os participantes e embasar as discussões e a construção de propostas.

À tarde, foram realizadas as dinâmicas dos grupos de trabalho, considerando os Eixos temáticos do texto-base da PNDU. Juntos discutimos e elaboramos propostas coletivas. Essas propostas foram encaminhadas para a plenária e submetidas à votação para a **eleição das 8 propostas de desenvolvimento territorial** a serem encaminhadas para a Conferência Estadual. No total, foram **37 propostas construídas** tanto para aplicação a nível nacional e estadual como para o Município, que estão descritas nesse documento.

A partir de novos debates a nível estadual, as propostas aprovadas em Araucária poderão chegar à Conferência Nacional e se transformar em novas políticas de desenvolvimento urbano nacional.

Ao fim da Conferência, foi realizada a eleição dos 30 delegados titulares e suplentes que irão representar Araucária na 7ª Conferência Estadual das Cidades do Paraná.

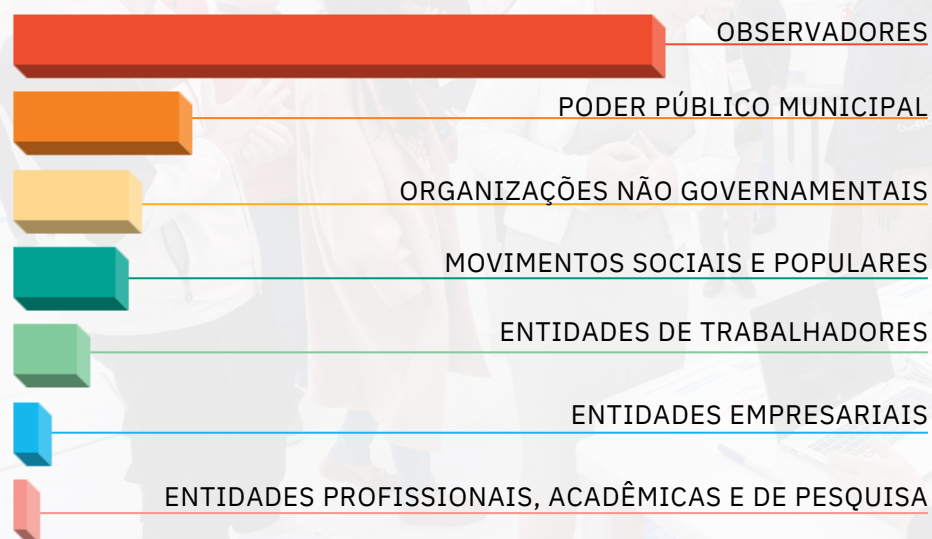




Participantes por gênero

PARTICIPANTES

No total, **88 pessoas participaram da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Araucária**, representando os diversos segmentos da sociedade, como movimentos populares, entidades de trabalhadores e empresas, organizações sociais, etc. Dentre as pessoas inscritas como delegadas, a maior representação foi do poder público municipal (34,2%), seguida por organizações sociais (23,7%) e movimentos sociais e populares (21,1%).

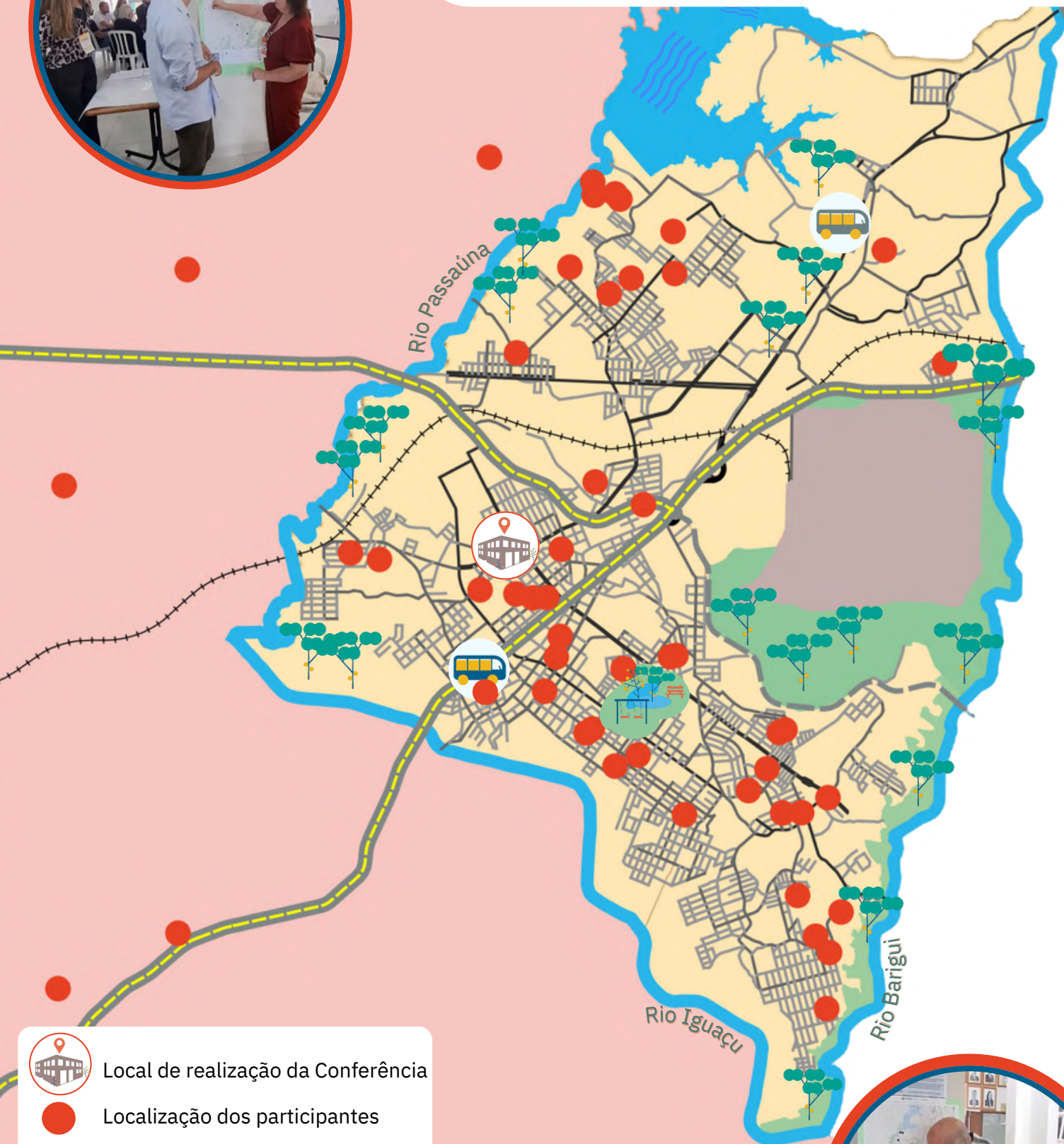


Participantes por tipo de inscrição

LOCALIZAÇÃO



Os participantes foram convidados a inserir em mapas do Município o local aproximado onde moram. Assim, foi gerado o **Mapa de Localização**, onde é possível visualizar a distribuição espacial das pessoas que participaram e contribuíram com propostas na Conferência.



-  Local de realização da Conferência
-  Localização dos participantes
-  Área rural de Araucária
-  Terminal Angélica
-  Terminal Central de Araucária
-  Parque Cachoeira



GRUPOS TEMÁTICOS

Para os grupos de trabalho, os participantes puderam se dividir conforme o eixo de interesse. Assim, foram formados 2 grupos para o Eixo 1 - Articulação entre os principais setores urbanos e com o planejamento das políticas públicas, 1 grupo para o Eixo 2 - Gestão estratégica e financiamento, e 1 grupo para o Eixo 3 - Grandes temas transversais.

Os eixos eram ainda divididos em **Grupos Temáticos** mais específicos, que estavam descritos em painéis para facilitar a escolha dos participantes.

Em cada grupo de trabalho, foram levantados os principais **desafios e potencialidades** relacionados ao eixo e debatidas e construídas propostas, que poderiam ser aplicadas a nível local (municipal) ou ampliado (estadual ou nacional). Cada grupo pôde escolher até 6 propostas para levar à plenária, sendo que de todas essas, apenas 8 poderiam ser eleitas para o encaminhamento à Conferência Estadual, conforme regulamentos da Coordenação Executiva da 6ª CNC.

EIXO 1



EIXO 1



EIXO 2



EIXO 3



37 propostas foram construídas a partir das dinâmicas dos grupos de trabalho, e, como foi informado aos participantes logo no início da Conferência, nada do que foi construído coletivamente seria descartado. Assim, todas as propostas foram compiladas e descritas a seguir neste documento.

O número de propostas para cada eixo, separadas por Grupo Temático, estão demonstradas no gráfico abaixo.



Propostas

As **8 propostas mais votadas** na plenária final foram consideradas “aprovadas” para encaminhamento à **7ª Conferência Estadual das Cidades do Paraná**. Elas estão sinalizadas nas próximas páginas com o selo de aprovação.





EIXO 1

GRUPO TEMÁTICO: AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA PNDU

Nº da proposta	Programa de mapeamento, cadastro, fiscalização e provisão de habitação social. Consolidação de ações de mapeamento e cadastro de famílias alocadas em áreas irregulares para estudo de regulamentação com prioridade aos já cadastrados com antecipação junto às companhias de habitação e moradores. Mapeamento de terrenos privados e públicos não utilizados, comprando os privados e oferecendo - os ou vendendo por um preço acessível - para moradores irregulares de áreas de risco, com objetivo de reduzir moradias irregulares e garantir moradias dignas e regularização para a população.
1	
2	Criação de um aplicativo único de comunicação com a população para informações, prevenção de desastres e para coleta de informações. Programa de gestão urbana comunitário a partir da criação de um aplicativo único de comunicação com a população para prevenção de desastres e para envio e coleta de informações, incluindo comunicação da defesa civil, comunicação com as associações de bairros, e canal de whatsapp em que as pessoas enviariam nome completo, CPF e a reclamação, facilitando a informação e acessibilidade para a população de maneira fácil.
 3	Participação popular na construção de políticas de habitação e promoção de loteamentos populares. Criação e regulamentação de mecanismos de participação popular nas negociações entre poder público e as companhias de habitação na promoção de habitação social, incluindo a possibilidade de implantação de loteamentos populares com infraestruturas para atender populações em vulnerabilidade social. Deve-se garantir que nos processos sejam envolvidos os moradores, as Associações de moradores e as OSCS relacionadas à organização comunitária.
4	Promover a regularização de áreas rurais/bairros rurais, principalmente para se efetivar a promoção do acesso a água e energia.
5	Criação de Fundo Nacional e fontes de recursos para aquisição de terrenos para realocação de famílias em áreas de risco, APPs, promovendo o acesso à moradia digna.
6	Criar conselho integrado de políticas públicas. Criar conselho de gestão integrada com representantes de diversos setores (transporte, saúde, meio ambiente, educação e segurança), incluindo gestores públicos, técnicos, representantes da sociedade civil e especialistas para coordenar, discutir, planejar e monitorar as políticas públicas.
7	Rever o módulo rural e a ocupação de solo rural visando o acesso a infraestrutura (água, esgoto, energia, etc)
8	Promover o acesso à moradia digna e evitar ocupações irregulares, garantindo um crescimento urbano adequado. Ampliar a oferta de habitações sociais por meio de parcerias; Promover planejamento urbano participativo, envolvendo a comunidade; Monitorar e fiscalizar áreas de risco, atuando preventivamente.
9	Criar mecanismos para aplicar com mais agilidade a Lei da Reurb (Lei nº 13.465/2017) e criação de legislação municipal de Reurb. Criar legislação específica no âmbito municipal visando integrar a regularização da terra e da propriedade com o acesso à cidade. Além de apenas regularizar a documentação dos imóveis, essa legislação precisa ter as diretrizes mínimas para que os serviços públicos possam chegar até a população após a integração de uma ocupação irregular ao sistema regular da área urbana municipal, sendo importante compatibilizar as necessidades da comunidade com as restrições legais e físicas que os órgãos públicos encontram para implantar as infraestruturas necessárias.
10	Criar proposta de lei municipal de luz compartilhada na área rural
11	Maior atuação do Poder Público na intermediação com as empresas que realizam os projetos de Reurb no território, para que se efetive a maior qualidade de vida da população atendida.



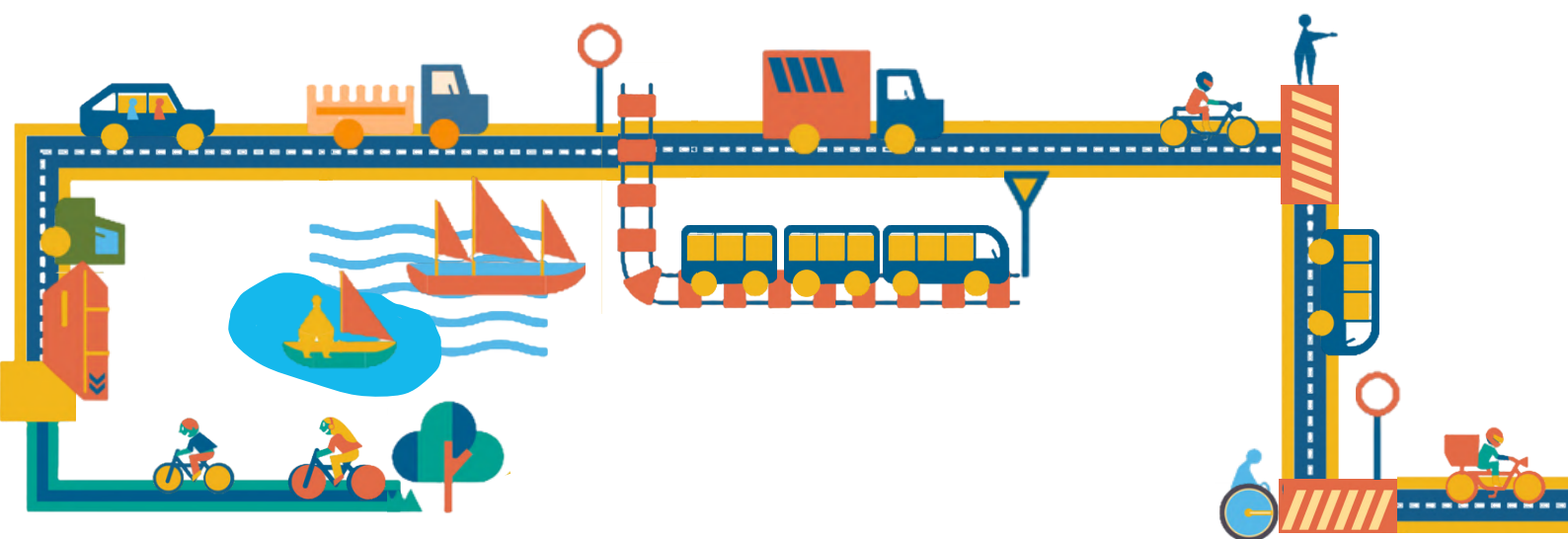
EIXO 1

GRUPO TEMÁTICO: A POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO DA PNDU

Nº da proposta	Políticas públicas para promover o Mapeamento e Diagnóstico da rede de drenagem urbana nos municípios.
 12	A proposta visa a consolidação de ações de mapeamento, diagnóstico e fiscalização das ligações irregulares de esgoto na rede pluvial e a implementação de cronograma municipal de fiscalização dessa rede.
 13	Apoio aos municípios para elaboração de estudos, diagnósticos e projetos para ampliação da rede de esgoto e drenagem. Políticas públicas para apoio aos municípios para elaboração de estudos, diagnósticos e projetos para ampliação da rede de esgoto e drenagem, incluindo mecanismos e sistemas para gerar maior eficiência e sustentabilidade, como piscinas secas para escoamento e contenção das cheias e fossas ecológicas comunitárias em regiões desassistidas.
 14	Criação de mecanismos de universalização da rede coletora e de tratamento de esgoto, inclusive nas ocupações irregulares. Considerando os desafios atuais de desigualdade social, que também reflete na desigualdade em atendimento ao saneamento básico, especialmente à coleta e tratamento de esgoto; considerando a necessidade de atendimento à legislação federal, conhecido como o novo Marco do Saneamento (14026/20), a qual define que até 2033 90% da população deve ser atendida pela coleta e tratamento de esgoto, a presente proposta pretende exigir das concessionárias de água e esgoto a implantação de infraestruturas, investimentos em novas tecnologias e ampliação das redes/ETEs também nas regiões mais desfavoráveis socioeconomicamente.
15	Criar e publicizar plano efetivo de monitoramento de barragens visando melhorar a gestão de riscos e desastres. Exigir vistorias constantes nas barragens, medição da água no mínimo três vezes ao dia, principalmente em dias chuvosos, implantação de sinais sonoros, rotas de fuga e treinamentos para a população.



Nº da proposta	
16	Requalificação da mobilidade urbana através de novos modais de transporte, análise viária e promoção da integração intermunicipal. Requalificar a mobilidade nos municípios através de incentivos para a implantação de transporte coletivo de alta capacidade, como metrô/trem para deslocamentos intermunicipais de regiões metropolitanas, planejamento de linhas de ônibus para um deslocamento mais eficiente, realização de pesquisa origem-destino e ampliação e qualificação de redes cicloviárias.
 17	Implementação de políticas públicas para garantir acessibilidade, segurança e autonomia para todas as pessoas no deslocamento urbano, especialmente as pessoas com deficiências. Implementação de políticas, programas e projetos para a ampliação e melhoria da infraestrutura acessível, construção de calçadas com piso tátil, rampas de acesso, faixas de pedestres com sinalização sonora e visual, e pontos de ônibus acessíveis, implementação de sinalização urbana clara, com informações em braile e recursos audiovisuais acessíveis. Incentivo ao uso de tecnologias assistidas, apoio ao desenvolvimento e uso de aplicativos e dispositivos que facilitem a mobilidade e o acesso às informações de transporte, bem como capacitação de profissionais que trabalham no transporte de passageiros com relação à compreensão das necessidades das pessoas com deficiência.
18	Implementar transporte público escolar urbano com foco nas comunidades em situação de vulnerabilidade. Para aumentar a acessibilidade de crianças que vivem em áreas de alta vulnerabilidade, onde não há vias infra estruturadas e não é viável o percurso das linhas normais de transporte público, a proposta visa a implementação de transporte público escolar urbano.
19	Estudos e negociações para qualificação do transporte público metropolitano Desenvolvimento de estudos e proposições às demais instâncias envolvidas que incluam as possibilidades de implantação de canal de transporte para ônibus de Araucária a Curitiba, uso da linha férrea para transporte de passageiros, revisão das linhas com integração para Curitiba, como Ligeirinho para Curitiba utilizando Linha Verde, linha de ônibus terminal do ânglica ao CIC, nos dias de hoje temos as linhas porém elas são diretas até o terminal teria que ser com paradas em pontos. - Melhorar fluxos de movimentação em Araucária para os outros municípios
20	Desenvolvimento de solução para o transporte Araucária/Campo Largo com foco na demanda para o Hospital do Rocio Estudo da demanda e possibilidade de maior frota destinada às linhas ARAUCÁRIA/CAMPO LARGO e de a Prefeitura disponibilizar ônibus próprio para o Hospital do Rocio.



Nº da proposta	
1	Promover uma rede de integração entre o terceiro setor (organizações sociedade civil), poder público e iniciativa privada Criar espaços de apoio às Organizações da Sociedade Civil, promovendo apoio técnico, legal, jurídico, contábil e capacitações para promover a articulação entre estas organizações, compartilhando experiências e boas práticas e facilitando a captação de recursos por meio de editais, incentivos fiscais, bem como promover o contato entre os interessados nas atividades desenvolvidas pelas OSCS, nos moldes do sistema "S"/ sala do empreendedor.
2	Criação de mecanismo de redução da desigualdade social Criar mecanismos para diminuir a desigualdade social e econômica da população araucariense através da oferta de cursos de capacitação e desenvolvimento de projetos geradores de desenvolvimento local nas comunidades.
3	Criação / renomeação do Conselho Municipal da cidade de Araucária Houve a percepção de falta de representatividade e de falta de discussão dos assuntos concernentes ao cotidiano das pessoas no Conselho Municipal do Plano Diretor, órgão equivalente ao Conselho Municipal da Cidade no Município de Araucária. A partir disto, foi proposta a criação do Conselho Municipal da Cidade, com atribuições diferentes das do Conselho Municipal do Plano Diretor, ou a renomeação do Conselho Municipal do Plano Diretor como Conselho Municipal da Cidade. O Conselho Municipal da Cidade teria atribuições e composição diferentes do Conselho Municipal do Plano Diretor, conforme Decreto Federal nº 5790/2006 e orientações do ConCidades.
4	Fortalecimento das agências de fomento econômico para atração de negócios para as médias e pequenas cidades. Considerando o fenômeno demográfico captado pelo Censo IBGE 2022 de esvaziamento das cidades menores e a percepção de pessoas do grupo quanto à dinâmica de cidades-dormitório nas cidades ao redor do pólo das regiões metropolitanas, propõe-se o estabelecimento de agências de fomento econômico para atração e fortalecimento de negócios nas pequenas e médias cidades do país, trazendo empregos para perto do local de moradias das pessoas, fixando os moradores nas cidades menores e dinamizando a economia destes locais.
5	Fomentar ações de capacitação junto às comunidades para promover a economia circular Programa de capacitação de ações que promovam economia circular, transformando, através da reutilização, reparo, remanufatura e reciclagem, itens que originalmente seriam descartados, dando novo uso a eles, agregando valor aos produtos, gerando empregos e fonte de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade e fortalecendo os micro e pequenos empreendedores locais.

GRUPO TEMÁTICO:
CONTROLE SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES

Nº da proposta	
6	Criar câmara técnica de apoio ao terceiro setor no Plano Diretor/ Conselho das cidades Criar câmara técnica de apoio ao terceiro setor nos Conselhos do Plano Diretor/ Conselhos das Cidades, com assessoria técnica, jurídica, educação permante e contábil, para fortalecer e se aproximar das associações que contribuem com seus trabalhos em seus territórios.



Nº da proposta	Realizar inventário municipal de emissões de gases de efeito estufa Realizar inventário de emissões de GEE, prioritariamente da frota municipal de automóveis, caminhões, ônibus do transporte escolar e municipal de passageiros.
1	
2	Reformulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos para controle e efetivação de suas diretrizes Maior fiscalização e obrigatoriedade para que os municípios reconheçam os resíduos gerados e criem programas de apoio financeiro e recursos humanos, incluindo a capacitação e apoio a pessoas que geram renda com a gestão dos resíduos, apoio e incentivo a startups locais e projetos comunitários que trabalham com geração de resíduos, programas de conscientização nas escolas, incentivos para criação de empresas e cooperativas de reciclagem, compostagem para geração de adubo e geração de biomassa.
 3	Política Pública Municipal de Arborização e Paisagismo urbano Construção de políticas para a gestão da arborização urbana com o foco em espécies nativas, que trazem benefícios paisagísticos e climáticos, tanto para áreas públicas como privadas, com incentivo ao plantio, ampliação de hortas municipais, educação ambiental e programas de poda, para que a vegetação receba manutenção com a recorrência adequada.
4	Gerenciamento de efluentes Saneamento básico para 100% da população urbana e rural, com políticas e incentivos ao correto tratamento de efluentes
5	Implementar uma política municipal de transição energética Política pública municipal de transição energética para uma energia verde, realizando-se estudos para adequar as medidas às potencialidades locais (solar, eólica, hidráulica).
6	Implementar uma política municipal de combate com aos efeitos nocivos das mudanças do clima Estabelecer uma legislação para integrar os setores públicos e privados e a sociedade civil na realização de ações cooperadas e convergentes com vistas à redução da emissão de gases de efeito estufa - GEE.
7	Projeto e ações para realocação e requalificação imediata em áreas de ocupações irregulares. Trabalho junto à COHAB para realocação de famílias em áreas de ocupação ilegal concomitantemente a instalação de atividade substituta - parques, indústrias ou comércio, para evitar a reincidência da ocupação irregular no mesmo local.
8	Criar um sistema integrado de monitoramento e armazenamento de água em nível estadual e municipal. Estabelecer agências regionais, com objetivo de construir, monitorar, expandir, gerenciar e reparar barragens e reservatórios de água, integrando suas atividades com o monitoramento e previsão do tempo e clima, de forma a garantir o adequado suprimento de água e impedir o rompimento ou transbordamento das barragens, e usá-los para prevenir e mitigar o efeito de enchentes regionais.





EIXO 3

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E TERRITÓRIO E SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO DO CONTROLE ARMADO DOS TERRITÓRIOS POPULARES

GRUPO TEMÁTICO:

Nº da proposta 9 APROVADA	Política Pública de conectividade rural e inclusão digital Construção de uma política pública o desenvolvimento e implementação nos seguintes temas: apoio a pequenos produtores rurais para acesso à internet; atuação da ANATEL para promover a expansão da infraestrutura e cobertura de internet para a população rural; subsídio para kits de internet rural, com instrução sobre uso; incentivos fiscais ou subsídios para provedores locais ou cooperativas provedoras de internet rural. A proposta ainda visa a implementação de ações de inclusão digital, como oficinas de inclusão digital rural e auxílio para a população utilizar serviços públicos online.
10	Criação e integração de bases de dados digitais de Segurança Pública, entre PF, PC, PM, exército e Defesa Civil Criar uma base de dados coletiva, compartilhando as informações de investigações e ações de segurança, entre todos os níveis e ramos da segurança pública, possibilitando o trabalho coletivo das diferentes corporações no combate ao crime organizado, entre municípios, estados e nação e criar programas de colaboração entre os diferentes eixos da segurança pública na ação contra o crime organizado.
11	Criação e integração de base de dados nacional para planejamento e gestão públicos Criação e implementação de uma política nacional de bases de dados municipais para desenvolvimento urbano, promovendo a acessibilidade da população aos dados, o planejamento integrado baseado em evidências, com controle operacional e proteção de dados.



QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Na semana seguinte à realização da Conferência, foram enviados questionários aos participantes para que pudessem avaliar a Conferência, de forma totalmente anônima. **24 participantes** responderam às perguntas. Assim, os resultados foram demonstrados nos gráficos a seguir:

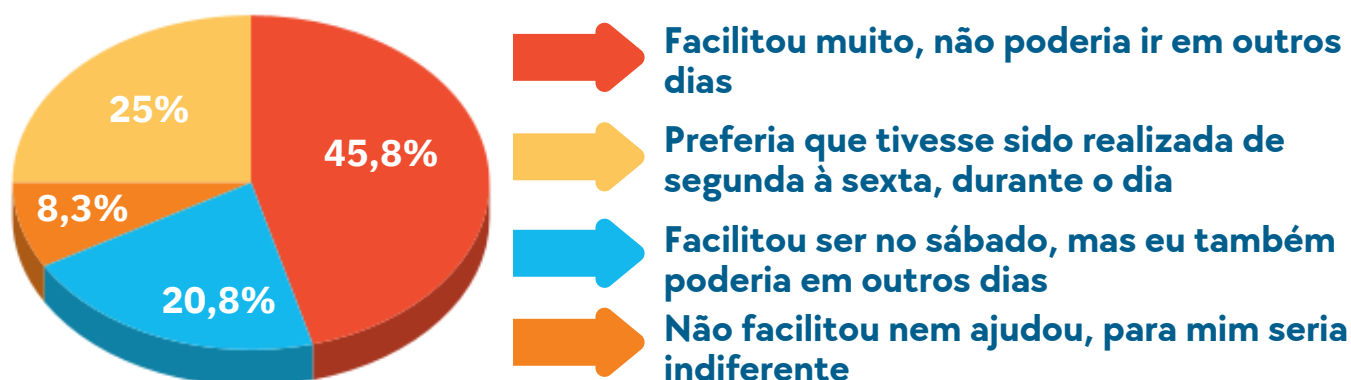
ORGANIZAÇÃO



LOCAL DE REALIZAÇÃO

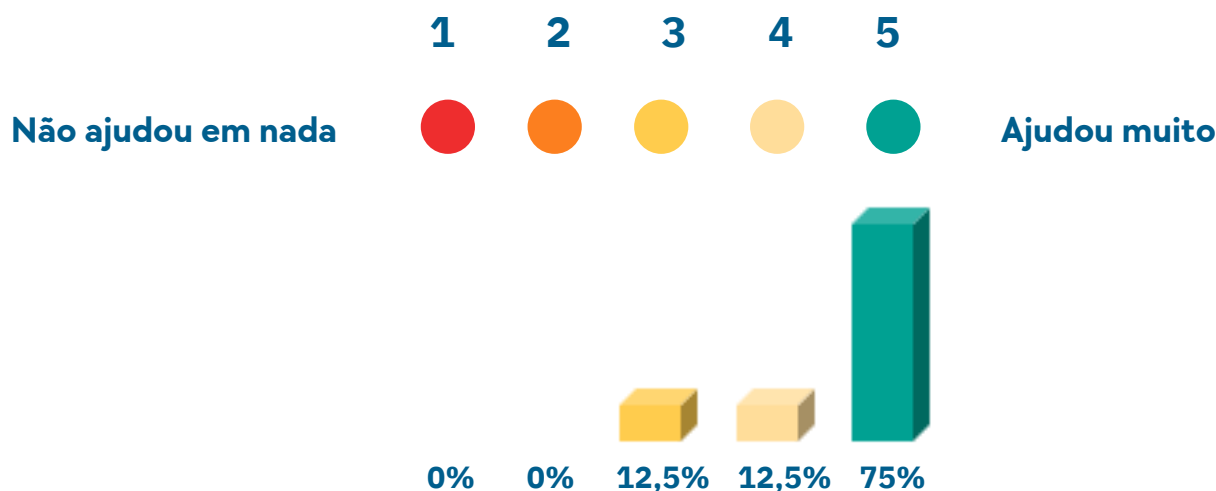


DIA DA SEMANA EM QUE A CONFERÊNCIA FOI REALIZADA (SÁBADO)

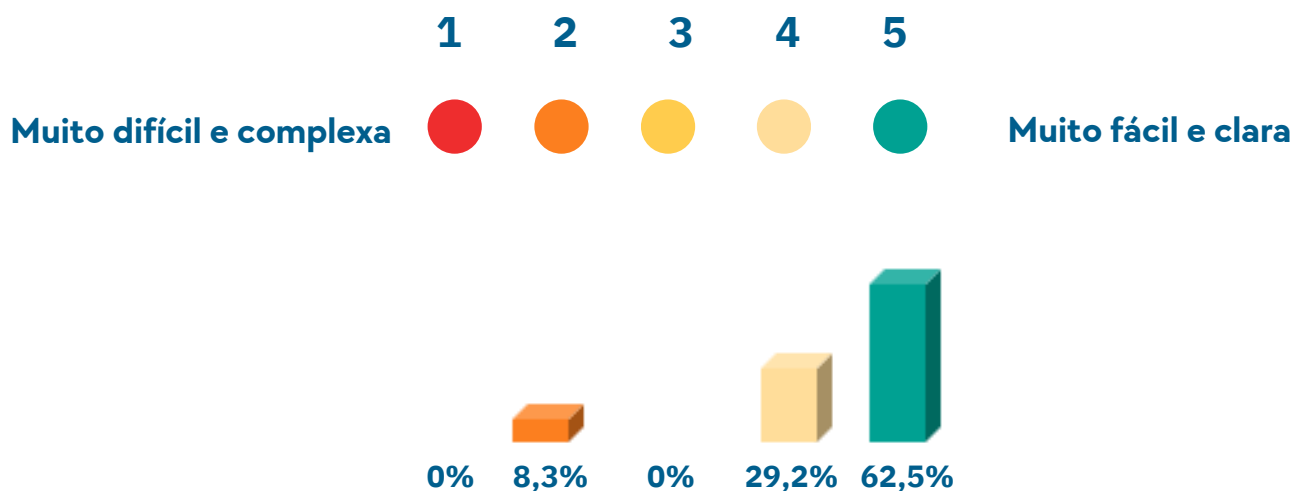


Para responder às perguntas relacionadas ao nível de qualidade dos tópicos relacionados à realização da Conferência, os participantes poderiam atribuir um valor de 1 a 5 de acordo com cada tópico.

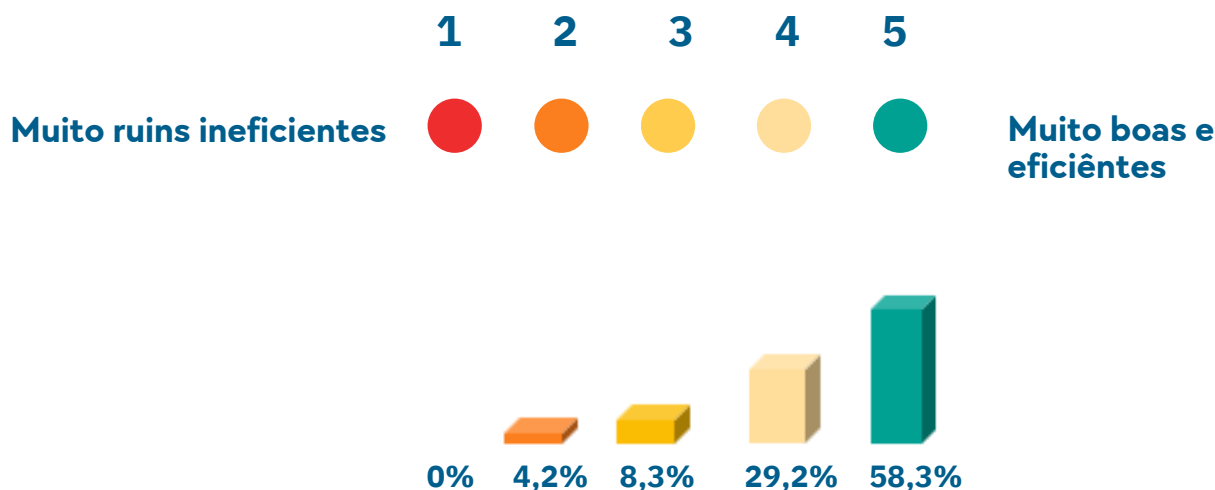
RELEVÂNCIA DOS CONTEÚDOS DAS PALESTRAS PARA A DISCUSSÃO E CRIAÇÃO DE PROPOSTAS



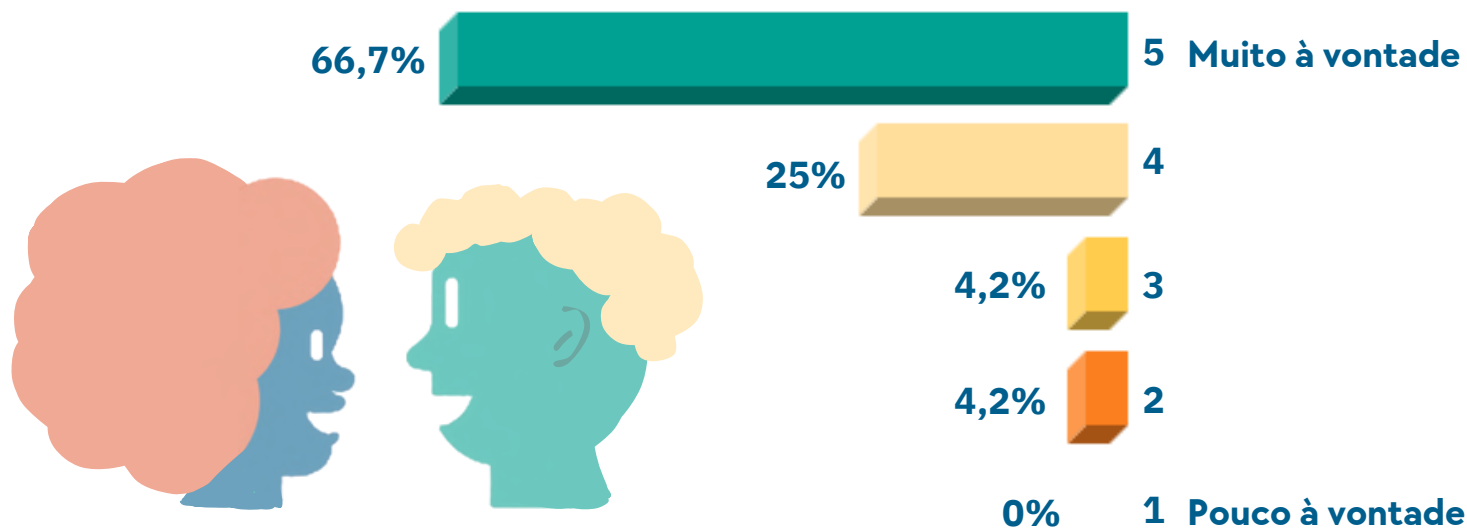
LINGUAGEM UTILIZADA NAS FALAS, DISCUSSÕES E PALESTRAS



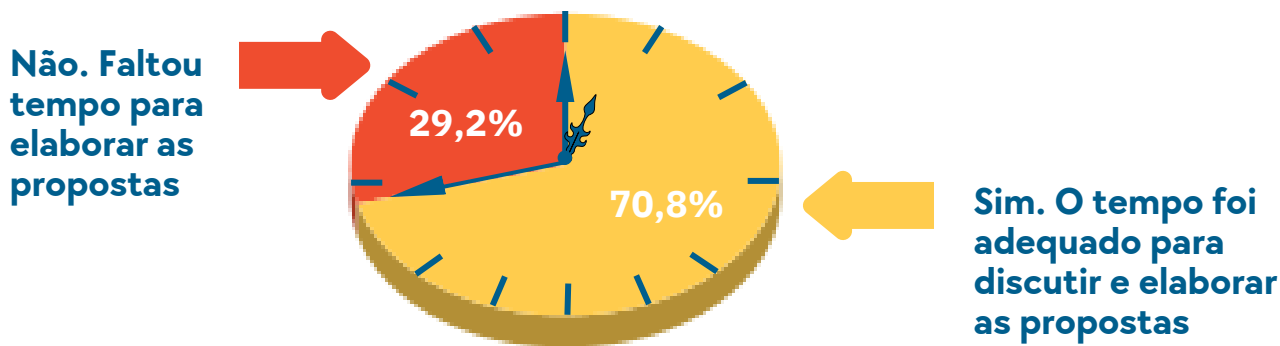
DINÂMICAS DOS GRUPOS DE TRABALHO



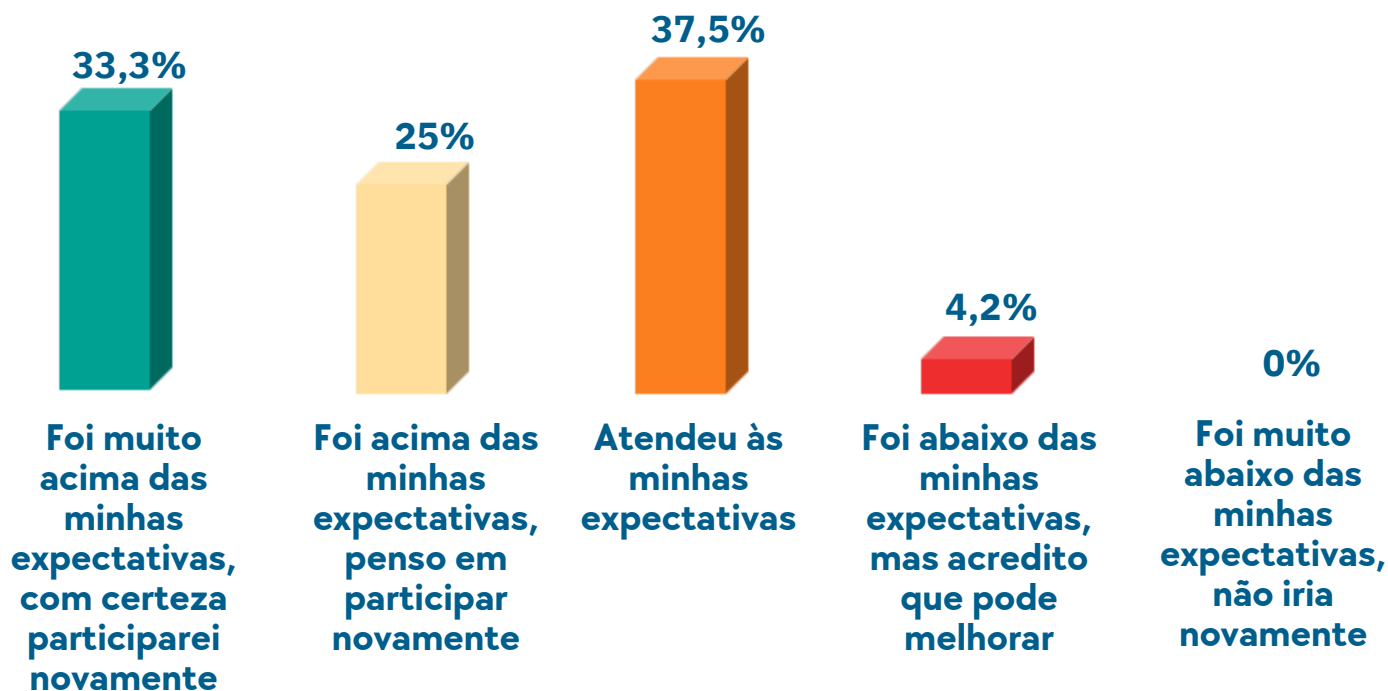
O QUANTO SE SENTIRAM À VONTADE PARA EXPOR SUAS IDEIAS



TEMPO DISPONÍVEL PARA ELABORAR AS PROPOSTAS



ATENDIMENTO ÀS EXPECTATIVAS



possibilitara a continuidade desse diálogo em nível estadual e nacional, fortalecendo o compromisso de **Araucária como referência em participação cidadã e planejamento urbano responsável.**



REALIZAÇÃO

Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Araucária | *Conselho Municipal do Plano Diretor*
Secretaria Municipal de Planejamento

Apoio

Câmara Municipal de Araucária
Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia
Secretaria Municipal de Comunicação
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Governo
Secretaria Municipal de Urbanismo

ELABORAÇÃO

Coordenação

Cássia Lorena Luckow | *Arquiteta e Urbanista* | Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Araucária
Marina Renosto Gennari | *Arquiteta e Urbanista* | Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Araucária

Gráficos e design

Maiara Gisele Soares dos Santos | *Estagiária de Arquitetura e Urbanismo*

Fotos

Carlos Poly | *Secretaria Municipal de Comunicação Social*

Revisão

Felipe Martins Menck | *Arquiteto e Urbanista* | Secretaria Municipal de Planejamento

Referências

Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades

